

OBEGEF

Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Rua Roberto Frias

4200-464 Porto

RELATÓRIO E CONTAS

2016

Fevereiro 2017

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Conteúdo

1. Mensagem do Presidente	3
2. Órgãos Sociais	5
3. Associados.....	6
4. Principais actividades desenvolvidas	7
5. Situação financeira.....	8
6. Perspectivas Futuras	9
7 Aplicação de resultados	10
8. Demonstrações Financeiras	11

1. Mensagem do Presidente

Caras/os Associadas/os,

Gostaria de começar por salientar a disponibilidade dos restantes elementos da Direcção para encarar com entusiasmo os desafios que, até ao presente, foram sendo colocados. Gostaria também de referir que continua a ser muito gratificante relacionar-me com tantos associados que, na sua diversidade de formações e de posturas pessoais, têm sabido contribuir à sua maneira para um maior respeito pela ética, pela confiança social, pelo combate e prevenção da fraude nas suas mais diversas manifestações.

Como referia no ano anterior, no contexto da sociedade “estranha” em que vivemos, o OBEGEF, enquanto entidade que representa a institucionalização do empenho de todos, tem uma missão formativa e informadora que nunca se esgotará, e para a qual todos seremos sempre poucos. Por exemplo, face aos objectivos que prosseguimos, para algumas esferas do poder, o OBEGEF tende a ser claramente uma instituição a marginalizar. Porém, pela isenção das nossas análises, temos sido capazes de conquistar notoriedade e reconhecimento na sociedade portuguesa e não só. Cabe a nós, todos juntos, saber continuar esta caminhada, realçando a referência que somos, impulsionando a visibilidade e notoriedade, com estratégias bem definidas, participadas e de antecipação. Este deve continuar a ser o nosso maior desafio.

Esse nosso grande desafio requer que cada um de nós priorize o OBEGEF sobre as motivações individuais enquanto Associado, sejam elas de que tipo forem no contexto de um comportamento ético. A Direcção mantém a preocupação unificadora da diversidade decorrente de todos nós, procurando, em cada projecto, unir a riqueza da nossa interdisciplinaridade. Num mundo cada vez mais incerto, gostaria de continuar a pedir a todos que, na medida do possível, reforcem o empenho, a disponibilidade e o entusiasmo, redobrando a atenção à possibilidade de realização de novos projectos (cursos diversos, seminários, estudos, trabalhos, ...), pois só assim poderemos continuar a prosseguir, com sucesso, os desafios que nos são colocados.

A meu ver, o mundo cada vez mais incerto deve despertar em nós preocupação e deve desafiar-nos. Estando no nosso “adn” contribuir para um melhor conhecimento da prevenção e deteção da fraude, aprender com o saber e a experiência alheia, divulgar os conhecimentos gerados e contribuir para uma opinião mais esclarecida, assim como prestar serviços que se harmonizem com a investigação, deve desafiar-nos a capacidade de antecipação do impacto – mais ou menos agregado – sobre a fraude, nas suas mais diversas manifestações, decorrente da incerteza em torno das orientações de política económica nos Estados Unidos, a evolução das relações do Reino Unido com a UE, a eventual recuperação mais fraca das economias de mercado emergentes, a possibilidade de recrudescimento de tensões nos mercados financeiros, a incerteza quanto à configuração da política monetária não convencional do BCE, a situação vulnerável do sistema bancário e os riscos orçamentais.

Um grande abraço a todos,

2. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Fernando da Costa Lima – Presidente
Alda Maria Gonçalves Correia – Secretária
Edgar Maciel Correia Pimenta – Vogal

Direcção

Óscar João Atanázio Afonso – Presidente
António João Maia – Vice-Presidente
Mariana Fontes Costa – Secretária
Maria do Céu Fernandes Ribeiro – Tesoureira
Paulo José Abreu Beza de Vasconcelos – Vogal

Conselho Fiscal

Carlos José Gomes Pimenta – Presidente
André Marques Vieira de Castro – Secretário
José António Cardoso Moreira – Vogal

3. Associados

Durante o ano de 2016 entraram sete novos associados, pelo que actualmente somos 57.

Apresenta-se, de seguida, a lista dos associados, com a indicação da data oficial de admissão, nome completo e concelho de residência existentes à data de aprovação deste relatório:

#	Nome	Data de admissão	Residência
1	Carlos José Gomes Pimenta	2008-11-21	Porto
2	Fernando Costa Lima	2008-11-21	Porto
3	Óscar João Atanazio Afonso	2008-11-21	Matosinhos
4	Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves	2008-11-21	Bruxelas
5	Luís Fernando Rainho Alves Torgo	2008-11-21	Porto
6	Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos	2008-11-21	Leça de Palmeira
7	Edgar Maciel Correia Pimenta	2008-11-21	V. N. Gaia
8	Nuno Ricardo de Oliveira Moreira	2008-11-21	Porto
9	Pedro Miguel Santos Moura	2009-03-12	Ramada
10	José António Cardoso Moreira	2009-03-08	Porto
11	Paulo Morgado	2009-03-08	Lisboa
12	Mariana Fontes da Costa	2009-03-08	V. N. Gaia
13	Aurora Amélia Castro Teixeira	2009-09-19	Porto
14	Ricardo Manuel L. V. Costa de Passos	2009-10-19	Lisboa
15	Nuno Miguel Vilarinho Gonçalves	2009-11-11	Porto
16	Maria do Céu Fernandes Ribeiro	2011-02-11	Porto
17	João Luís da Costa Rito Dias Martins	2011-01-24	Lisboa
18	Fernando Jorge Moreira Rosas Belém	2011-01-24	Custóias
19	Alexandra Sofia da Silva Cerqueira Barbosa	2011-02-11	Maia
20	Henrique Manuel Rocha Santos	2011-01-24	Godim
21	Isabel Maria Martins da Silva Mendes	2011-02-11	Santo Tirso
22	Mafalda Sofia Gonçalves Bastos	2011-01-24	V. N. Gaia
23	Alda Maria Gonçalves Correia	2011-03-09	S. João Madeira / Lisboa
24	Maria Luisa Esteves Fontes Neves	2011-06-14	Lisboa
25	António João Maia	2011-06-14	Sintra
26	Nuno Filipe Tavares Gomes	2011-06-14	?
27	António Marcos Ferreira Calado	2011-06-14	Lisboa
28	André Marques Vieira de Castro	2011-08-09	V. N. Famalicão
29	Jorge Paulo Gonçalves de Sousa Amaral Lopes	2011-01-24	Guimarães
30	José Rui Antunes Giesteira	2011-02-11	Porto

31	Manuel Emílio Mota Almeida Castelo Branco	2011-09-02	Porto
32	Maria Amélia Pinto Monteiro	2011-02-11	Rio Tinto
33	Sandra Carla Rodrigues Estrela Peneda	2011-06-14	Porto
34	Cátia Susana Figueiredo Dias Teixeira Pedro	2011-09-26	Lisboa
35	João Pedro da Silva Gomes Martins	2012-02-22	Lisboa
36	Jorge Manuel Afonso Alves	2012-06-05	Bragança
37	Elisabete Maria Azevedo Amaro Maciel	2012-11-12	Maia
38	Filipe António Osório de Almeida Pontes	2013-01-07	Lisboa
39	Orlando Jorge Mascarenhas	2013-07-17	Porto
40	Ary Ferreira da Cunha	2013-10-19	Porto
41	Pedro João Gil Simões e Silva	2013-11-25	Haia
42	Luciano Vaz Ferreira	2014-01-10	Rio Grande do Sul (Brasil)
43	José Manuel da Silva Carvalho Ferreira	2014-09-02	Vila Verde
44	Manuel Carlos da Cunha Nogueira	2014-10-16	Maia
45	Bruno Manuel Pereira de Sousa	2014-11-11	Porto
46	José Manuel Pires Leal	2014-12-10	Amadora
47	Nuno Magina	2015-04-15	S. Mamede de Infesta
48	Sofia Alexandra Lopes Félix	2015-04-15	Arganil
49	Elena Sochirca	2015-04-15	Senhora da Hora
50	Pedro Cunha Neves	2015-04-15	Senhora da Hora
51	Raquel Margarida T. R. de Brito	2015-04-15	Maia
52	Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra	2016-01-7	Lisboa
53	Nuno Miguel da Piedade Guita	2016-01-7	Constância
53	Nuno Miguel da Piedade Guita	2016-01-07	Constância
54	Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues	2016-02-24	Porto
55	Tiago Miguel Marcos	2016-05-25	Lisboa
56	António Carlos Gomes Dias	2016-06-30	Vila Real
57	Ana Clara Borrego	2016-09-20	Portalegre

4. Principais actividades desenvolvidas

O trabalho desenvolvido pelo OBEGEF foi diversificado e significativo, apesar de ser sempre insuficiente dadas a nossa missão e o nosso anseio de projecção da instituição.

Destaca-se, mais uma vez, as actividades que têm uma periodicidade a cumprir ou que exigem uma atenção diária, frequentemente subestimadas pela simples razão de se tornarem “normais”. São de salientar:

- Manutenção quotidiana do site oficial do OBEGEF e da correspondente página no Facebook.
- Crónicas na Visão online.
- Colocação das crónicas no site
- Crónicas no jornal “i” online.
- Publicação das Notícias sobre Fraude que nos são fornecidas pela Manchete, mantendo-se uma informação diária, um apanhado mensal e uma seleção semanal das notícias mais importantes.
- Publicação das Newsletter, essencialmente com a referência de algumas actividades semanais.
- Crónicas no Jornal Público, actualmente na edição online.

Das outras iniciativas salientaria:

- A publicação de três artigos em revistas científicas internacionais.
- A publicação de um livro.
- A publicação de sete working papers.
- Participação em programas de televisão.
- Apresentação de diversas comunicações em congressos/seminários/workshops.
- Contributo do OBEGEF ou de alguns dos sócios para o aparecimento de teses de mestrado e doutoramento sobre problemáticas relacionadas com a fraude em diversas ópticas disciplinares e interdisciplinares.
- Acompanhamento de diversos estagiários.
- A divulgação da actualização do *Índice da Economia Não Registada em Portugal* para os anos de 2014 e 2015.

Em síntese, é de louvar o trabalho realizado por bastantes associados do OBEGEF.

5. Situação financeira

Os rendimentos do período referem-se essencialmente a formação: curso de Gestão de Organizações da Economia Social, no ISSSP (1.659,36 euros), assim como donativos de alguns associados (520 euros).

Os gastos do período referem-se essencialmente a despesas administrativas (contabilidade) e gastos relacionados com a reunião anual.

6. Perspectivas Futuras

O primeiro objetivo para o ano que já iniciamos é continuar a realizar o trabalho que temos vindo a realizar nos últimos anos.

Há ainda que ter a capacidade para transformar ideias/desafios em projectos realistas, realizáveis e vendáveis. Os esforços de todos nós, e particularmente da Direcção, deve ser de manutenção do que se tem feito de positivo, mas também de superação das dificuldades que persistem em existir, sendo de destacar:

- A necessidade de encontrar os caminhos para a realização de cursos de curto, médio e longo prazo sobre as problemáticas da fraude, introduzindo-nos na área da formação financiada.
- A necessidade de encontrar forma de vender produtos que nos são caros, como a medida da Economia Não Registada, fraude nas autarquias, entre muitos outros.
- A capacidade para encontrar novas formas de participação dos Associados, continuando o processo há muito iniciado.
- A capacidade para obter financiamento internacional, europeu e nacional, público ou privado, para acções concretas.
- A necessidade de reforçar a nossa área de cibercrime e ciberfraude.
- A capacidade para sermos reconhecidos como instituição com possibilidade de realizar peritagens, fazer a recolha de provas.
- A implementação de um ciclo de debates sobre a fraude.
- A capacidade para potenciar os protocolos existentes.
- A organização administrativa do OBEGEF, que hoje não existe e que aumenta a dependência da instituição em relação à informação e documentação possuída pelos associados.

Em particular, consideramos relevante que:

- a) Se realize a conferência I2FC:2017 e/ou a conferência com a OCC.
- b) Se encontrem mais dois órgãos de informação (jornais, rádios ou televisões) de impacto nacional onde possamos colaborar regularmente, não descurando o estreitamento de relações com a Sociedade Civil.

- c) O OBEGEF se torne uma instituição certificada na formação profissional. Com formações em múltiplas áreas do saber sobre a ética e a fraude. Com envolvimento de todos os associados interessados nessa atividade.
- d) Se publique o livro sobre a Fraude em Portugal.
- e) Se divulgue o índice sobre a Fraude em Portugal.
- f) Se envolvam os associados em projetos. Recorda-se que recentemente, através de uma “call”, se conseguiu envolver uma série de associados sobre parecer para a Assembleia da República. É um assunto delicado, mas a observação de “zero atividade” num período alargado pelos sócios deveria dar lugar a uma carta , como foi feito há alguns anos, para que o sócio reconsidera a sua manutenção no OBEGEF.
- g) Se desenvolvam e dinamizem projetos associados à promoção da reflexão sobre as temáticas de fraude, como por exemplo o projeto “à mesa com a fraude”, no sentido de se potenciar um envolvimento maior dos associados em seu torno.
- h) Se realize um ciclo de seminários junto de Universidades e Politécnicos (seminários de Mestrados e de doutoramentos) sobre fraude, no sentido de "angariar" nova investigação para esta área, novos protocolos com instituições de ensino superior e até algum bolsheiro.
- i) Se aposte numa parceria com outras instituições (com a PEA, por exemplo), nomeadamente de ensino superior, que permitam tentar trazer para Portugal um curso da International Academy for Tax Crime Investigation (da OCDE), cursos que actualmente só são lecionados em Itália pela Scuola di Polizia Tributaria (em Roma)? - Simultaneamente resolver problemas de relação com o ensino e com a internacionalização: <http://www.oecd.org/tax/crime/tax-crime-academy.htm>

7 Aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, a Direção propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido negativo do período no valor de 1.402,63 euros seja transferido para Resultados Transitados.

Porto, 30 de janeiro de 2017

A Direcção

8. Demonstrações Financeiras

- I. Balanço
- II. Demonstração dos Resultados por naturezas
- III. Mapa de Fluxos de Caixa
- IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

I. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<i>UNIDADE MONETÁRIA: EURO</i>	
Rubricas	Notas	Exercícios	
		2016	2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		0,00	0,00
ATIVOS INTANGÍVEIS		0,00	0,00
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		0,00	0,00
		0,00	0,00
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS		0,00	0,00
CLIENTES		0,00	950,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		448,18	829,84
FUNDA DORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMBROS		0,00	0,00
DIFERIMENTOS		0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3	18.843,68	19.171,26
		19.291,86	20.951,10
Total do ativo		19.291,86	20.951,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS		0,00	0,00
EXCEDENTES TÉCNICOS		0,00	0,00
RESERVAS		20.620,07	0,00
RESULTADOS TRANSITADOS:			
Resultados Líquidos de períodos anteriores		0,00	20.120,01
Ajustamentos de transição POC/SNC		0,00	-1.096,89
		20.620,07	19.023,12
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-1.402,63	1.596,95
		19.217,44	20.620,07
Total dos fundos patrimoniais		19.217,44	20.620,07
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PROVISÕES		0,00	0,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR		0,00	0,00
		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES		0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		14,42	331,03
FUNDA DORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMBROS		0,00	0,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
DIFERIMENTOS		0,00	0,00
OUTROS PASSIVOS CORRENTES		60,00	0,00
		74,42	331,03
Total do passivo		74,42	331,03
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		19.291,86	20.951,10

Contabilista Certificado

Representantes Legais

II. Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercícios	
		2016	2015
Vendas e Serviços Prestados	4	1.659,36	20.748,50
Subsídios, doações e legados à exploração	5	520,00	11.460,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	6	-3.278,20	-30.380,34
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		32,63	1.000,00
Outros gastos e perdas	7	-362,50	-777,67
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.428,71	2.050,49
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		0,00	-268,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.428,71	1.782,11
Juros e rendimentos similares obtidos		40,50	145,87
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-1.388,21	1.927,98
Imposto sobre o rendimento do período	8	-14,42	-331,03
Resultado líquido do período		-1.402,63	1.596,95

III. Mapa de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

U.M. Euro

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e utentes		2.991,02	30.368,80
Pagamentos a Fornecedores		-3.278,20	-32.229,28
Pagamentos ao Pessoal		0,00	0,00
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-287,18	-1.860,48
Pagamentos/Recebimentos Imp. s/ Rendimento		-298,40	-2.853,92
Outros recebimentos e pagamentos		-362,50	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>		-948,08	-4.714,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPETANTES A:			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	-26.000,00
Outros ativos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	26.000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares		40,50	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento (2)</i>		40,50	0,00
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações dos associados		580,00	960,00
Outros operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPETANTES A:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>		580,00	960,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-327,58	-3.754,40
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		19.171,26	22.925,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 e 9	18.843,68	19.171,26

IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

1. Identificação da entidade:

1.1 Designação da entidade: Observatório de Economia e Gestão da Fraude (OBEGEF).

1.2 Sede: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, na Rua Roberto Frias, no Porto.

1.3 Natureza da atividade: “promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial, promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação”.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilística – SNC. Neste, foi seguido o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que consagra o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), alterado por vários diplomas, sendo o último dos quais o Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho, conjugado com a Portaria nº 105/2011 de 14 de Março e do Aviso nº 6726-B/2011 também de 14 de Março de 2011.

2.2 – As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais que, estabelecem os requisitos globais que

permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios destinados a assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* da atividade são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Ativos e Passivos Financeiros

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem apenas aos valores de depósitos bancários.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. O custo destes ativos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

No ano 2016 o OBEGEF não tem nenhum ativo nem passivo financeiro registado ao justo valor, e portanto, não existem alterações ao justo valor com impacto na demonstração de resultados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços, tendo o rendimento aquela proveniência, o seu reconhecimento é efetivado pela respetiva fase de acabamento.

Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Associação. O lucro tributável poderá diferir do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Especialização de Exercícios

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto subjacente do acréscimo (periodização económica), pelo qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

3. Meios Líquidos Financeiros

No final do período, os meios financeiros líquidos eram compostos por Depósitos à Ordem. O saldo da conta de Depósitos à Ordem devidamente conciliado, era de 18.843,68 euros, não havendo itens pendentes de conciliação.

4. Prestação de Serviços

O valor da rubrica de Prestação de Serviços refere-se essencialmente a formação: “Colaboração na 2ª Edição da Pós Graduação em Gestão das Organizações de Economia Social” (1.659,36 euros) para a CEES – Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social CRL no ISSSP.

5. Subsídios, Doações e Legados à exploração

O valor da rubrica “Subsídios à exploração” constantes da Demonstração dos resultados no montante de 520,00 euros refere-se a donativos dos associados. Em 2015, esta rubrica incluía inscrições na conferência I2FC 2015 (3.700 euros) e patrocínios para a mesma conferência atribuídos pela Liberty, Banco de Portugal e Reitoria da Universidade do Porto (6.800 euros), assim como donativos de associados (960 euros).

6. Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro demonstrativo dos principais gastos inseridos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, principal rubrica de gastos:

Descrição	2016	2015
Trabalhos especializados	1.531,72	21.082,82
Materiais diversos	0,00	1.820,20
Deslocações e estadas	1.209,03	5.991,25
Outros serviços	537,45	1.486,07
	3.278,20	30.380,34

A rubrica de Trabalhos Especializados inclui os gastos com serviços de contabilidade no valor de 1.476 euros, estando essencialmente refletido nas restantes rubricas os gastos com a reunião anual de 2016 no valor de 1.492,63 euros (Deslocações e Estadas: almoços e deslocações no valor de 969,88 euros e Outros Serviços: aluguer de sala no valor de 522,75 euros).

Em 2015, as principais rubricas decompunham-se como segue:

<u>Trabalhos Especializados</u>	<u>2015</u>	<u>Materiais diversos</u>	<u>2015</u>
Certificação OBEGEF	2,060.00	I2FC2015 - Livros	1,462.28
Contabilidade	1,476.00	I2FC2015 - Flores	100.00
Subcontratos APS	15,897.45	Material Informático	191.77
I2FC2015 - Publicidade	1,253.37	Outras	66.15
I2FC2015 - Fotografia	246.00		
I2FC2015 - Informática	115.00		
Outros	35.00		
	<u>21,082.82</u>		<u>1,820.20</u>
<u>Deslocações e estadas</u>	<u>2015</u>	<u>Outros serviços</u>	<u>2015</u>
Encontro Anual - Catering	811.68	Encontro Anual - Aluguer de salas	522.75
Encontro Anual - Deslocações	65.95	I2FC2015 - Estadia e Deslocação Speakers	789.00
I2FC2015 - Catering	2,932.05	Outros	174.32
Certificação OBEGEF - Deslocações	522.00		
FIA - Deslocações	397.32		
I2FC2015 - Deslocações Keynote Speakers	182.50		
Outras deslocações (APS/Deco)	1,079.75		
	<u>5,991.25</u>		<u>1,486.07</u>

7. Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica diz respeito a um pagamento à Segurança Social relativo a contribuições sobre uma prestação de serviços efetuada por um trabalhador independente em 2015.

8. Impostos sobre o Rendimento

O OBEGEF é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), beneficiando da isenção dados os fins estatutários a que se propôs.

Relativamente às atividades fora do âmbito estatutário, iguala as entidades com fins lucrativos, estando sujeita às regras gerais daquele imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

No período em análise, o imposto estimado em sede de IRC no montante de 14,42 euros, refere-se à subcomponente do IRC, mais propriamente tributações autónomas.

9. Fluxos de Caixa

O saldo final de Caixa e seus equivalentes, estão disponíveis para uso pela Associação.

Porto, 30 de Janeiro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

(2016)

Aos dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezasseis, reuniu-se o Conselho Fiscal do OBEGEF, nas instalações sitas na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, com o objectivo de apreciar e emitir parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao ano fiscal de dois mil e dezasseis.

O Conselho Fiscal, após cuidada apreciação dos documentos que lhe foram presentes e comparando as rubricas de 2016 com as verificadas desde o início da actividade do OBEGEF, decidiu por unanimidade propor à Assembleia Geral anual que aprove:

- a. o Relatório e Contas relativos ao ano fiscal de dois mil e dezasseis, considerando que traduzem de forma apropriada as actividades desenvolvidas pelo OBEGEF ao longo do mesmo;
- b. a proposta da Direcção de aplicação do resultado líquido negativo do período, no montante de -1.402,63 euros;
- c. um voto de louvor à Direcção.

O Conselho felicita a Direcção, e cada um dos seus membros, pela actividade desenvolvida em prol da instituição, no respeito pelos seus estatutos e com transparência. Na oportunidade, sugere que haja para futuro, da parte de todos os sócios um acrescido empenho na venda de serviços e na obtenção de subsídios, na medida em que só eles permitem investigações e iniciativas importantes para os desideratos do OBEGEF.

Pelo Conselho Fiscal do OBEGEF

O Presidente

Carlos José Gomes Pimenta